

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 914636 - BA  
(2016/0116908-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : PETROS - FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**ADVOGADO : RAFAELA SOUZA TANURI MEIRELLES - BA026124**  
**EMBARGADO : GERSON DOS SANTOS NUNES**  
**ADVOGADOS : JAIRO ANDRADE DE MIRANDA - BA003923**  
**FREDERICO CARLOS BINDERL GASPAS DE MIRANDA - BA026007**  
**LIGIA MARTINS OLIVEIRA - BA025956**  
**ALAN JOSÉ BINDERL GASPAS DE MIRANDA - BA033573**

#### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. NÃO OCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA INTERNA DAS SEÇÕES DESTA CORTE. NATUREZA RELATIVA. PRECLUSÃO.

1. Os embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado.
2. Hipótese em que não há no acórdão situação que dê amparo ao recurso integrativo.
3. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "a competência interna desta Corte é de natureza relativa, razão pela qual a prevenção ou a prorrogação apontada como indevida deve ser suscitada até o início do julgamento, sob pena de preclusão, nos termos do art. 71, § 4º, do RISTJ" (EDcl no AgInt no REsp 1309945/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 14/02/2018).
4. Embargos de declaração rejeitados.

#### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria  
Relator